

## Notas introdutórias sobre a teoria das relações de produção de Marx\*

*Introductory notes on Marx's theory of relations of production*

Claus Germer\*\*

---

**Resumo:** As relações de produção constituem um elemento central da estrutura da sociedade em todos os modos de produção, e, conseqüentemente, da teoria do capitalismo de Marx, exposta no *O capital*. No entanto, surpreendentemente, este conceito continua sendo mal compreendido. O objetivo do presente artigo é contribuir para o esclarecimento do seu significado, tal como elaborado por Marx, por um lado com base nos princípios metodológicos inspirados no materialismo e na dialética e, por outro, por intermédio da exploração dos principais escritos, seus e de Engels, desde as obras fundadoras do materialismo histórico. Como elemento essencial do método, o artigo apresenta uma breve exposição da abstração e suas implicações, componente de extraordinária importância do método de Marx e Engels. Recupera-se, de modo especial, a referência das relações de produção na forma da propriedade de cada época, frequentemente esquecida.

**Palavras-chave:** Relações de produção. Marxismo. Método.

**Abstract:** Relations of production are a central element of the structure of society in all modes of production, and, consequently, of Marx's theory of capitalism, presented in *Capital*. However, surprisingly, this concept continues to be misunderstood. The aim of this article is to contribute to the clarification of its meaning, as elaborated by Marx, on the one hand based on the methodological principles of materialism and dialectics, on the other hand, through the exploration of the main writings of Marx and Engels, since the founding works of historical materialism. As an essential element of method, the article presents a brief exposition of the method of abstraction and its implications, a component of extraordinary importance of Marx's and Engels' method. It recovers Marx's conception of production relations and its relationship with the form of property.

**Keywords:** Relations of production. Marxism. Method.

**JEL:** B31. B41. B5.

---

---

\* Artigo redigido a convite dos organizadores da edição especial “A forma-dinheiro e as novas formas de exploração: uma homenagem ao prof. Claus Magno Germer” | DOI: 10.5380/re.v44i84.92499

\*\* Professor Sênior do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil | ORCID: 0000-0003-1124-8418 | Email: cmgermer@sociais.ufpr.br



## 1. Introdução

As relações de produção constituem, ao lado das forças produtivas, elemento central da estrutura da sociedade em todos os modos de produção, e nesta condição aparecem na teoria do capitalismo de Marx, exposta n'O capital. A despeito da relevância prática e teórica das relações de produção na evolução da sociedade e da polêmica que cerca a natureza do seu vínculo com as forças produtivas, o conceito das relações de produção continua sendo mal compreendido ou mesmo não compreendido por uma parte dos estudiosos marxistas. Diferentes motivos parecem ter contribuído para isso, e o presente artigo exporá algumas hipóteses.

Um dos motivos, comum a outros temas da obra de Marx e Engels, é a dispersão das referências – além disso, na maior parte dos casos muito sumárias – à natureza das relações de produção em diversas passagens e obras, que a presente pesquisa procurou localizar e interpretar. Outro motivo que pode ser apontado, este de natureza metodológica – e não restrito ao presente tema –, é a generalizada subestimação, por autores marxistas, da importância do assim chamado, por Marx, ‘método da abstração’ no desenvolvimento da sua teoria, muito relevante na exposição do conceito de relações de produção, que será por isso brevemente discutido.

O objetivo do presente artigo é contribuir para o esclarecimento do significado e do conteúdo do conceito de relações de produção, tal como elaborado por Marx, tendo por base os principais escritos, seus e de Engels, desde as obras fundadoras do materialismo histórico.

Este artigo compõe-se de quatro seções, além da introdução. A seção 2 expõe as características do método da abstração, tais como expostas e utilizadas por Marx e por Engels; a seção 3, composta por 4 sub-seções, a mais extensa e central, expõe a natureza e as características das relações de produção; a seção 4 situa as relações de produção na estrutura da sociedade, e a última contém considerações finais. Finalmente, a apresentação de muitas citações literais justifica-se pela necessidade de comprovar as concepções que se atribui a Marx e Engels.

## 2. “A faculdade de abstrair” e os métodos de pesquisa e exposição

A fim de expor, adequadamente, a natureza e o papel das relações de produção no desenvolvimento social, é necessário reconhecer a importância especial que tem o “método da abstração” (Marx, 1974a), na teoria de Marx e Engels<sup>1</sup>, que Marx considerou um método fundamental da economia política.<sup>1</sup> É curioso que os textos sobre o método de Marx e Engels geralmente não deem o merecido destaque a este método, apesar das significativas contribuições que proporciona ao entendimento da realidade social.

A abstração é um método desenvolvido espontaneamente, pela mente humana, ao longo de milênios, como meio de formação de conceitos, antes de ser reconhecido e formalizado pelo ser humano.<sup>2</sup> Com a ajuda da abstração é que os elementos da realidade objetiva circundante são apropriados pelo ser humano, a partir das impressões captadas pelos sentidos, produzindo os abstratos ou conceitos (Engels; Marx, 1973, p. 59-63).

Embora a abstração seja elemento constitutivo de todo o processo de conhecimento, as ciências sociais distinguem-se das ciências naturais, porque, enquanto estas dispõem dos recursos de laboratório para o processo de isolamento físico dos materiais e substâncias que estudam, o mesmo não ocorre nas ciências sociais, cujo objeto são as relações sociais, que não podem ser submetidas aos mesmos métodos<sup>3</sup>. Neste caso o isolamento dos objetos a estudar só pode ser mental, e o método que torna isto possível é a abstração. No MEP (1974a) Marx situa a relevância da abstração na formação da teoria do capitalismo. Ao mesmo tempo, expõe vividamente a diferença essencial entre a sua concepção materialista do ‘método da abstração’ e a idealista de Hegel – o que deve ser enfatizado –, por oposição aos diversos elementos que, nesta matéria, adota.

Marx aponta o processo da abstração como a primeira fase – não só teórica, mas também historicamente – do processo de conhecimento, intermediária entre a percepção da realidade empírica através dos sentidos e a representação mental da mesma como ‘síntese de muitas determinações, ... unidade do diverso’ –, que é o

---

<sup>1</sup> Marx e Engels analisaram especificamente a abstração em diversos textos, destacando-se: Marx (1974a, 1974b, 1978a, p. 116-121); Engels (1961, p. 197-219); M/E, 1974).

<sup>2</sup> “Foi preciso que a atividade prática do ser humano levasse sua consciência à repetição das diferentes figuras lógicas milhares de milhões de vezes, antes que estas figuras pudessem adquirir o sentido de axiomas” (Lenin, 1986, p. 170, *apud* Germer, 2021).

<sup>3</sup> “... na análise das formas econômicas não podem servir nem o microscópio nem reagentes químicos. A faculdade de abstrair deve substituir ambos.” (OCI, p. 12).

concreto do pensamento, isto é, a teoria que explica o objeto ou processo estudado (Marx, 1974a, p. 122-3). Nesta fase os objetos ou fenômenos do mundo real são convertidos em abstratos – os produtos da abstração – ou conceitos.

Uma implicação notável disto é que os abstratos são categorias mentais que, como tais, não existem na realidade objetiva. Marx utiliza os exemplos de fruta, seguindo Hegel (1979, § 13) e de trabalho para ilustrar este ponto. Fruta é uma categoria mental, um conceito, que, como tal, como fruta, não existe, pois fruta é apenas o símbolo mental do conjunto de objetos reais compreendidos pelo abstrato fruta, como laranja, banana, maçã etc. (Engels; Marx, 1973, p. 60).<sup>4</sup> O mesmo ocorre nos casos mais relevantes dos conceitos de trabalho, que Marx define – de modo surpreendente para quem ignora o método da abstração, como “... um mero fantasma: 'o' trabalho (...) não é nada mais que uma abstração e, considerado em si, nem sequer existe” (OCIII/2, p. 270), e de matéria, que, segundo Engels, “como tal é uma pura criação da mente, uma abstração” (Engels, 1961, p. 217, 228). De modo idêntico, o conceito de capital é um abstrato que representa a essência comum a todo o conjunto das formas compreendidas pelo conceito.

Isto significa que o trabalho e a matéria, em si, só existem como abstrações, isto é, como símbolos mentais do que é comum, no primeiro caso, ao universo dos trabalhos reais particulares, por exemplo, o trabalho do operário industrial, do professor etc., todos eles representados pelo símbolo mental “trabalho”, e, no segundo caso, de todas as múltiplas formas do que existe objetivamente.

Um sério problema decorrente do desconhecimento deste caráter da abstração é que facilmente se confunde o conceito – o abstrato – com o objeto ou fenômeno que representa, ou, em outras palavras, não se reconhece a diferença entre o objeto real e o abstrato que o simboliza, como indicado pelo exemplo da fruta, acima mencionado. Ou seja, após elaborar a imagem mental do objeto real, deseja-se encontrar esta imagem na própria realidade. É como se, uma vez calculada a média de um conjunto de dados, se pretendesse encontrar sempre, em todas as observações futuras, o valor médio. A média, tal como o abstrato, é uma propriedade de um conjunto de observações, não das observações individuais.

---

<sup>4</sup> A confusão entre a realidade objetiva e a abstração pode ser ilustrada parafraseando Hegel, tendo como exemplo a fruta: é como se alguém pedisse uma fruta e recusasse laranjas, maçãs, etc, por não serem 'a' fruta (*apud* Engels, 1961, p. 201).

A confusão se agrava quando, devido ao caráter espontâneo e prolongado do processo histórico de formação da linguagem, os vestígios do processo de formação do abstrato são apagados com o passar do tempo, e a relação entre o real e o abstrato é invertida, passando-se a conceber o conceito como gerador do objeto real, ou seja, como matriz do empírico.<sup>5</sup> É nisto que consiste a essência do idealismo filosófico. No dizer de Marx, “depois de tirar do mundo real a categoria (...), tira-se dessa categoria o mundo real” (Marx; Engels, *apud* Prado Jr., 1955, p. 525; Engels, 1976, p. 81). Da circunstância de que toda a realidade é representada pelo ser humano na forma de categorias lógicas<sup>6</sup>, ou abstratos, que se manifestam na realidade empírica em formas que não coincidem com os abstratos, pois constituem variações externas, por vezes significativas, que podem obscurecer mais, ou menos, a sua essência comum, originam-se, segundo Marx, as concepções filosóficas fantasiosas, idealistas, que concebem o pensamento como a verdadeira realidade – em graus diversos, como, por exemplo, em Platão, Berkeley e Hegel, entre os mais conhecidos –, que gera o real, quando, ao contrário, apenas o reflete (Marx, 1978a, 118-121).<sup>6</sup>

### **3. “A faculdade de abstrair” e os métodos de pesquisa e exposição**

#### **3.1 Caracterização das relações de produção – relações sociais ou relações técnicas?**

Convém iniciar mencionando os motivos do entendimento limitado da natureza das relações de produção na literatura marxista, além dos já mencionados na introdução, pois a sua discussão contribui, ao mesmo tempo, para uma melhor compreensão do significado do conceito. Um motivo relevante, responsável por uma das seções deste artigo, é a carência de especificação e detalhamento nas poucas e sumárias menções que lhes dedica Marx, principalmente no caso das ilustrações expostas em diversas passagens, que serão aqui citadas. Além disso, Marx geralmente aborda o conceito em diferentes níveis de abstração – cuja relevância foi apontada na seção anterior –, mas nem sempre adverte o leitor sobre

---

<sup>5</sup> Voltando ao exemplo da fruta: para o idealismo filosófico o conceito *fruta*, ao invés de ser uma generalização criada pelo ser humano, seria, ao contrário, a matriz ideal, existente em forma perfeita e incorruptível, em local indefinido, da qual as frutas reais seriam expressões imperfeitas e deterioráveis.

<sup>6</sup> “... todas as coisas, em última abstração, ... se apresentam no estado de categorias lógicas” (Marx, 1978a, p. 118).

isso, ou este não o percebe, criando-se uma situação de incerteza quanto ao sentido preciso dos seus enunciados.

As traduções, nem sempre inequívocas, de termos utilizados por Marx, constituem uma dificuldade adicional para o entendimento preciso de conceitos importantes da sua teoria, em estudos mais detalhados e rigorosos, conduzindo a polêmicas desnecessárias que, no entanto, desorientam e mesmo distorcem aspectos muitas vezes fundamentais da mesma. As traduções frequentemente utilizam termos diferentes de um mesmo conceito, acrescentando a dificuldade decorrente deste hábito, atribuído ao próprio Marx<sup>7</sup>. Esta é a razão de algumas sugestões de correção de traduções consultadas, referentes aos temas abordados neste artigo, especialmente as relações de produção.<sup>8</sup>

O conceito das relações de produção é abordado por Marx em diversas passagens dos seus escritos econômicos, principalmente naquelas referentes ao desenvolvimento histórico da sociedade<sup>9</sup>. O único escrito especificamente dedicado ao tema é o capítulo 51 d'OCIII, intitulado “Relações de Distribuição e Relações de Produção”, porém, neste capítulo Marx não aborda a teoria geral das relações de produção<sup>10</sup>, mas apenas estuda o caso particular destas e das relações de distribuição do capitalismo, o que se deve ao fato de ser este o tema d'O capital.

Além das causas formais da dificuldade de apreensão do significado do conceito de relações de produção, citadas na introdução, há motivos, que se pode denominar teóricos, expostos a seguir. O conceito de forças produtivas, por exemplo, é de compreensão relativamente fácil, por um lado por estar claramente definido por Marx (OCI, Cap. 5), e, por outro, por ser mais familiar ao economista, pela sua afinidade com um tema – o papel econômico da tecnologia – comum a diversas correntes da economia. Por que o conceito de relações de produção não é compreendido com a mesma facilidade? A pesquisa realizada nos escritos de Marx

---

<sup>7</sup> Engels, no prefácio a'OCIII, afirma que “era costumeiro em Marx, aborda[r] o objeto de outro ângulo ou mesmo o recoloca[r] em outra formulação” (OCIII/1, p. 6).

<sup>8</sup> Um exemplo emblemático e importante, que não poderá, porém, ser detalhado neste artigo, é a tradução da expressão alemã *ökonomische Gesellschaftsformation*, que significa *formação econômica da sociedade*, e que Marx utilizava como sinônimo de relações de produção, mas que foi traduzida como *formação econômico-social*, tradução equivocada que serviu, porém, para atribuir a Marx – e tentar legitimar – uma linha de interpretação estranha à sua teoria.

<sup>9</sup> Deve-se mencionar, como mais importantes, a Carta a Annenkov, de 1846, Miséria da Filosofia, de 1847, o Prefácio à Contribuição à crítica da economia política, de 1859, e o capítulo 51 d'OCIII.

<sup>10</sup> A teoria geral das relações de produção integra a teoria geral do modo de produção, que sintetiza as características das relações de produção em todos os modos de produção, expostos por Marx e Engels nas obras fundantes das suas concepções e método, da década de 1840, citadas acima.

sugere algumas hipóteses. Uma delas, talvez a mais importante, é o fato de Marx ter mantido a definição do conceito no nível mais genérico, ou abstrato, nível no qual é semanticamente claro. Mas, quando o leitor se depara com os exemplos e ilustrações, a clareza se dissipa, pois são poucos e não fornecem elementos claros para a identificação e a diferenciação, em níveis mais concretos, entre as diferentes categorias em que, devido à sua diversidade, as relações de produção poderiam ser divididas. Para ilustrar esta dificuldade, basta tentar identificar, em termos materiais ou empíricos, exemplos de relações de produção – seguindo a definição de Marx como "relações em que os seres humanos entram (...) na criação de sua vida social" – comparáveis aos exemplos facilmente citados de forças produtivas, como máquinas, matérias-primas, etc. A dificuldade se tornará imediatamente evidente. Por outro lado, Marx, além de limitar-se a pouquíssimos exemplos, nem sempre inequívocos, e geralmente dispersos e não sistemáticos, como se indicará adiante, também não fornece critérios de ordenamento ou classificação das relações de produção. Embora tenha ilustrado o conceito em algumas passagens, elas parecem ter sido pouco notadas, além de também apresentarem problemas terminológicos e esclarecimentos insuficientes.

Por outro lado, do ponto de vista teórico, pode-se apontar duas possíveis razões das dificuldades citadas. A primeira diz respeito à natureza do conceito, a segunda à natureza do objeto representado pelo conceito, isto é, de relações entre os indivíduos. A primeira decorre de que as definições lapidares de Marx – como aquela constante do parágrafo anterior, análoga à mais famosa do Prefácio (Marx, 1980) – não especificam que ‘relações de produção’ é um conceito teórico – ou abstrato –, portanto um símbolo mental que designa, em conjunto, as relações materiais, ou empíricas, entre indivíduos concretos<sup>11</sup>, mas o faz em dois níveis. No primeiro, abarca o conceito mais geral, aplicável a todos os modos de produção, e apenas no segundo o seu conteúdo diferencia-se segundo o modo de produção particular de que se trate, como por exemplo, o capitalismo, caso em que as relações reais, empíricas<sup>12</sup>, como a relação capitalista-assalariado, entram em cena.

---

<sup>11</sup> “No interior da divisão do trabalho, *essas relações devem autonomizar-se frente aos indivíduos*. Todas as relações só podem ser expressas na linguagem como conceitos. O fato de essas generalidades e conceitos contarem como poderes misteriosos é uma consequência necessária da autonomização das relações reais, das quais aquelas são as expressões” (Marx; Engels, 1978, p. 347, tradução livre).

<sup>12</sup> Ao longo deste artigo utiliza-se também o sinônimo *empírico* – mais utilizado em textos econômicos comuns – para os casos em que Marx se refere a figuras concretas, ou reais, representadas pelos conceitos.

Embora devesse ser óbvio que as relações mencionadas nestas definições abstratas são relações reais entre indivíduos reais, como exposto na seção anterior, cuja estrutura necessita ser exposta sistematicamente para o entendimento completo do conceito, isso nem sempre é percebido pelo leitor, envolvido pelo caráter lógico das categorias teóricas expostas, como é ilustrado pela aparente – mas ilusória – obviedade da definição mais geral, desenvolvida a seguir. Talvez se deva à percepção desta possibilidade o fato de que Marx, em algumas passagens, acrescente o esclarecimento de que as relações de produção são relações objetivas ou materiais.

O segundo aspecto, porém, atinente à natureza do objeto - as relações de produção reais –, refere-se ao fato de que tais relações, embora de caráter material, não possuem materialidade empírica independente em si mesmas, isto é, como tais relações entre os indivíduos<sup>13</sup>, ao contrário das forças produtivas, compostas de objetos facilmente identificáveis, como máquinas e matérias-primas.<sup>14</sup>

Uma máquina, por exemplo, é um objeto palpável, enquanto a relação capitalista-assalariado é antes um movimento com numerosas nuances, e expressa-se correspondentemente, em diversos conceitos, como salário, jornada de trabalho, desemprego, etc, como se mencionará.

Um sintoma da precária assimilação do conceito de relações de produção é o fato de serem frequentemente confundidas (ou não adequadamente distinguidas), por um lado, com os vínculos técnicos entre trabalhadores – a cooperação –, no processo de trabalho, e, por outro lado, com a circulação ou distribuição dos produtos (comercialização, no capitalismo) até atingir os compradores, o que decorre de as relações de produção incluírem as de distribuição, termo que, neste

---

<sup>13</sup> As relações sociais não são objetos, são movimentos sistemáticos entre indivíduos, que se desenvolvem no tempo, segundo as posições ocupadas e as funções desempenhadas por eles.

<sup>14</sup> Note-se que os termos *máquinas* e *matérias-primas* também são abstratos. O termo *máquina* (assim como *matérias-primas*) não designa nenhuma máquina em particular, mas o universo dos diferentes tipos de máquinas. A particularidade deste termo, porém, em relação à expressão *relações de produção*, é que a sua menção evoca imediatamente a noção do objeto representado, devido à sua materialidade empírica, as máquinas reais, ao contrário da expressão *relações de produção*, que, ademais, é uma elaboração teórica avançada, enquanto *máquina* possui também um caráter coloquial espontâneo. Todavia, o conceito de *relações de produção*, apesar do seu caráter avançado, encontra-se, como a pesquisa permite depreender, em estado insuficiente de elaboração teórica. Por outro lado, as teorias são, geralmente, encadeamentos de abstratos – ou conceitos. *Máquinas* e *matérias-primas*, por exemplo, estão compreendidas no abstrato *meios de produção*, por sua vez integrando o abstrato *forças produtivas*, conceitos um e dois níveis mais elevados de abstração, respectivamente. Isto apenas ilustra o fato de que teorias são produtos do pensamento, concretos do pensamento ou concretos pensados, ‘síntese de muitas determinações, unidade do diverso’ (segundo Marx, inspirado em Hegel, *apud* Germer, 2020).

contexto, porém, possui um significado bem diferente, de distribuição não das mercadorias, mas do valor gerado pelo trabalho (OCIII, cap. 51).

No que diz respeito aos vínculos técnicos, os trabalhadores – ou as unidades econômicas – articulam-se tecnicamente, na produção, segundo as formas sucessivas e progressivas da divisão do trabalho<sup>15</sup>, que é um elemento das forças produtivas.<sup>16</sup> No entanto, o que distingue os diferentes modos de produção são as diferentes relações de produção, exigidas pelo processo de produção – como resultado do desenvolvimento qualitativo das forças produtivas – em cada fase da história. Neste caso, às conexões técnicas dos trabalhos sobrepõem-se relações propriamente sociais, isto é, entre os membros da sociedade, como expressões de diferentes inserções de caráter social no sistema de produção. O duplo sentido do termo social, porém, não autoriza confundir as relações sociais de produção com a divisão social do trabalho.<sup>17</sup> Esta última possui caráter técnico, uma vez que se refere à especialização progressiva das unidades de produção independentes, na produção de poucos – até o extremo de um único – produtos, o que é viabilizado pelo desenvolvimento das forças produtivas, em termos quantitativos e qualitativos. O caráter social das relações de produção possui fundamento

---

<sup>15</sup> Marx faz distinção entre divisão social e divisão manufatureira do trabalho (OCI/1, cap. 12.4), que são, ambas, formas da divisão técnica do trabalho, a primeira entre unidades de produção, a segunda entre funções técnicas no interior das mesmas. Mas a maioria das suas referências é à divisão do trabalho, sem especificação, parecendo referir-se, nas obras anteriores a *O capital*, à divisão social do trabalho.

<sup>16</sup> O conceito de divisão do trabalho e sua evolução, na teoria de Marx, mereceriam um estudo à parte. Em Miséria da filosofia, por exemplo, Marx conceitua a divisão do trabalho como uma relação de produção (Marx, 1978a, p. 88, 116), o que é estranho, pois o trabalho integra as forças produtivas. Como a divisão do trabalho é uma característica constitutiva do trabalho, deve-se concluir que também integra as forças produtivas, como aparece, por exemplo, nos Grundrisse (Marx, 2011, p. 427) e n'*O capital*: "... na manufatura é o corpo de trabalho em ação uma forma de existência do capital. (...) *A força produtiva originada da combinação dos trabalhos aparece por isso como força produtiva do capital*" (OCI/1, p. 283 e passim, itálicos acrescentados). A associação da divisão do trabalho às relações de produção, por Marx, referida acima, explica-se talvez como eco d'A Ideologia alemã, na qual a divisão (social) do trabalho não é focalizada apenas como elemento das forças produtivas, mas também como uma das fontes naturais originárias do conceito de propriedade privada. Isso porque, como resultado da divisão (social) do trabalho, surgida espontaneamente, cada produtor especializado passa, naturalmente, a deter os meios de produção da sua atividade, e Marx nota que, *neste aspecto*, "divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas (M/E, 1975, p. 32; 43-46 e passim), mas refere-se, ao mesmo tempo, ao aspecto técnico da divisão do trabalho, como "modo de cooperação[que] é ele próprio uma 'força produtiva'" (M/E, 1975, p. 39). A associação apontada pode ser interpretada como um aspecto da lei segundo a qual as forças produtivas determinam as relações de produção: no presente caso, um avanço das forças produtivas – a divisão social do trabalho – opera como um dos determinantes técnicos da emergência da propriedade privada (relação de produção).

<sup>17</sup> "O uso dos mesmos *termini technici* com sentidos diferentes é melindroso, mas em nenhuma ciência pode-se evitá-lo inteiramente" (OCI, p. 176).

diferente, pois se refere à natureza social, não técnica, dos agentes da produção, como nobres e servos no feudalismo, e capitalistas e assalariados no capitalismo.

A conceituação das relações de produção, por Marx, relaciona-se diretamente ao seu conceito de sociedade. Esta consiste na rede de relações que vincula os indivíduos uns aos outros, que são as relações sociais como um todo.<sup>18</sup> As relações de produção constituem uma espécie particular – e a mais importante – das relações sociais,<sup>19</sup> que é a das relações econômicas (Marx, 1974c, pois. 22-3), cujo conjunto constitui, na concepção de Marx, a estrutura econômica ou base econômica – ou ainda, formação econômica (*ökonomische Gesellschaftsformation*) – da sociedade.<sup>20</sup> Portanto, as relações de produção são as relações sociais compatíveis com a forma material da produção e da distribuição em cada época histórica<sup>21</sup>. Elas se denominam, mais precisamente, relações sociais de produção, embora Marx utilize mais comumente apenas a forma sintética relações de produção, mas, nos primeiros escritos, utilizou também os termos 'relações econômicas' (Marx, 1978a, p. 88), 'formas econômicas', e também 'categorias econômicas' (Marx, 1978a, p. 147 ver citação adiante). A especificação social é muito importante porque há autores que consideram que as relações de produção se dividem, como já citado, em sociais e técnicas, e que estas últimas também comporiam as relações de produção (Netto; Braz, p. 59), o que confunde o leitor, uma vez que em todos os escritos de Marx as relações de produção são relações sociais<sup>22</sup>.

---

<sup>18</sup> “O que é a sociedade, qualquer que seja a sua forma? O produto da ação recíproca dos seres humanos” (Marx, 1974c, p. 21, trad. livre); “A sociedade não consiste em indivíduos, mas expressa a soma de vínculos, relações em que se encontram esses indivíduos uns com os outros” (Marx, 2011, p. 205). Note-se – insistindo – que não se trata dos vínculos técnicos na produção, que correspondem ao conceito de cooperação ou divisão técnica do trabalho.

<sup>19</sup> O sistema total das relações sociais, que engloba as relações de produção, será brevemente exposto na seção 4.

<sup>20</sup> “...a totalidade dessas relações [relações de produção histórico-econômicas específicas], nas palavras de Marx, em que se encontram os portadores dessa relação com a Natureza e entre si, em que eles produzem, essa totalidade é exatamente a sociedade, *considerada segundo sua estrutura econômica*” (OCIII/2, p. 272, itálicos acrescentados). É curiosa a inclusão das relações com a Natureza, que constitui o aspecto técnico do processo de produção, ou o metabolismo do ser humano com a Natureza (OCI/1, p. 149), e difere das relações sociais.

<sup>21</sup> Em outra redação, são as “relações em que os seres humanos entram em seu processo de vida social, na criação de sua vida social, [e] têm um caráter específico, histórico e transitório” (OCIII/2, p. 312, tradução livre).

<sup>22</sup> “Produzir a vida (...) aparece-nos agora como uma relação dupla: por um lado como uma relação natural, por outro como uma relação social – social no sentido de se tratar de uma ação conjugada de vários indivíduos, *pouco importa em que condições, de que maneira e para que fim*” (M/E, 1975, p. 39, itálicos acrescentados). No primeiro caso trata-se das relações técnicas, no segundo das relações sociais.

Se relações de produção é o título dado por Marx ao conjunto das relações recíprocas que os indivíduos contraem na produção e na distribuição, em cada modo de produção, é preciso agora examinar quais são, especificamente, estas relações, isto é, expô-las e dar-lhes nomes.

O exposto até aqui aborda as referências de Marx às relações de produção no nível mais abstrato, no qual os conceitos guardam coerência lógica recíproca e seus significados parecem claros. Entende-se facilmente, em níveis mais concretos, o sentido puramente semântico do enunciado genérico de que “as relações de produção constituem o conjunto das relações recíprocas que os indivíduos contraem na produção e na distribuição dos produtos do trabalho” em cada modo de produção. Ou seja, relações de produção é o título dado por Marx a este conjunto, e isto entende-se, mesmo que nada seja dito sobre as relações individuais objetivas que formam tal conjunto. É a possibilidade do entendimento do sentido puramente semântico e genérico deste enunciado, mesmo com a omissão do seu conteúdo concreto, que pode ser considerada a causa – ou uma das causas – da diversidade de opiniões de estudiosos, frequentemente destituídas de fundamentação adequada, sobre a identidade das relações de produção individuais, empíricas, pois cada intérprete atribui o sentido específico e o conteúdo concreto do enunciado, segundo o seu grau de conhecimento da teoria e da concepção da história social de Marx.<sup>23</sup> É preciso, portanto, examinar quais são, concretamente, estas relações, segundo Marx, e como ele as expôs e os nomes que lhes deu.

No entanto, Marx não elaborou uma exposição sistemática sobre o tema, mas apenas forneceu exemplos e ilustrações apressadas e esparsas, com exceção do cap. 51 d’OCIII – Relações de distribuição e relações de produção. Assim, a

---

<sup>23</sup> Esta omissão surpreende, pois não há generalização sem prévia pesquisa das figuras individuais por ela abrangidas. Caso isso não seja feito, segundo o próprio Marx, “talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção a priori” (OCI, Posfácio à 2ª ed., p. 20), como ocorre no próprio OCI. A aparente omissão da pesquisa prévia, neste caso, esclarece-se com base nos critérios e antecedentes desta obra. Os escritos iniciais de Marx, ou em coautoria com Engels, sobre o desenvolvimento da sociedade em geral e sobre o capitalismo em particular, tendem a seguir o que Marx denominou ‘método da exposição’ – em que se expõe os resultados de uma pesquisa – sem terem sido precedidos pela apresentação formal da pesquisa que conduziu a tais resultados, que teria seguido o ‘método de pesquisa’ (Ibidem, p. 20; MEP). No entanto, um conceito abstrato – como relações de produção, no presente caso –, é necessariamente elaborado após pesquisa na qual os objetos concretos que ele sintetiza teriam sido identificados e reconhecidos como possuidores de características comuns, sintetizadas no conceito de relações de produção. As obras de Marx e em coautoria com Engels, indicam que o seu método e os conceitos mais gerais da sua teoria social, como modo de produção, relações de produção e distribuição, forças produtivas, classes sociais, etc, foram elaborados e acumulados mentalmente, e expostos fragmentariamente nos seus escritos, ao longo dos estudos acadêmicos e leituras realizados, em colaboração com Engels, antes que as obras principais dos anos 1840 fossem escritas, nas quais foram expostos os resultados a que já haviam chegado.

coerência semântica dos conceitos e seus significados, observada no nível mais abstrato do conceito de relações de produção, não pode ser identificada nas ilustrações e exemplos concretos e dispersos de relações de produção, apresentados por Marx. Isto é o que dá origem a interpretações divergentes, e deve-se à inexistência, acima

apontada, de uma exposição sistemática, por Marx, dos critérios de análise das relações de produção concretas individuais em geral, e especificamente do capitalismo.

Assim, alguns dos conceitos mais importantes da teoria do capitalismo de Marx aparecem esparsamente, acompanhadas de sumárias referências ao seu caráter de nomes teóricos de relações de produção do capitalismo, como pode ser ilustrado pelos conceitos de dinheiro<sup>24</sup>, capital<sup>25</sup> e mais- valia<sup>26</sup>. Estas são algumas das categorias econômicas mais fundamentais d’OC, representando

relações econômicas, ou seja, as “relações recíprocas estabelecidas pelos indivíduos na produção e distribuição” dos produtos no trabalho no capitalismo. Ou seja, são relações de produção capitalistas, portanto específicas do modo de produção capitalista.

Sendo assim, com base nos esclarecimentos já expostos, parece desnecessário seguir coletando referências textuais isoladas de Marx apontando as categorias teóricas que considera representarem<sup>27</sup> relações de produção do capitalismo. Basta recorrer aos índices dos três livros d’O capital, pois esta obra consiste na exposição de todas as relações de produção capitalistas – existentes e/ou reconhecidas por Marx na sua época –, ou seja, a exposição da teoria do

---

<sup>24</sup> “O dinheiro não é uma coisa, é uma relação social ... é uma relação de produção, como qualquer outra relação econômica” (Marx, 1978a, p. 88).

<sup>25</sup> “... o capital não é uma coisa, mas determinada relação social de produção, pertencente a determinada formação histórica da sociedade, que se representa numa coisa ... O capital são os meios de produção transformados em capital ...” (OCIII/2, p. 269, tradução livre), ou “... uma relação social entre pessoas intermediada por coisas” (OCI/2, p. 296).

<sup>26</sup> A mais-valia é uma “...determinada relação social de produção...” (OCIII/2, p. 272) que, na forma de lucro, “caracteriza especificamente o modo de produção capitalista” (OCIII/2, p. 269).

<sup>27</sup> “O que eu, nesta obra, me proponho a pesquisar é o modo de produção capitalista e as suas *correspondentes relações de produção e de circulação*” (OCI/1, p. 12 – itálicos acrescentados). A utilização do termo *circulação* é curiosa neste caso, pois Marx utiliza mais a combinação de produção com *distribuição*, mais rigorosa porque entende-se que se trata da *produção e distribuição da mais-valia*. O termo *circulação* é utilizado por Marx representando a circulação das mercadorias e do dinheiro, implicando relações comerciais entre produtores, comerciantes e consumidores. Mas, como as relações comerciais também são relações de produção, pode-se supor que Marx o utilize para facilitar o entendimento dos leitores, utilizando o termo coloquial comércio (*Verkehr*, em alemão), ao invés de *Zirkulation*, teoricamente mais rigoroso, e que é predominantemente utilizado ao longo de toda a obra.

capitalismo, uma vez que, segundo Marx, toda relação econômica é uma relação de produção, conforme se lê na citação sobre o dinheiro. Isto depreende-se, aliás, das definições de Marx, já expostas, referentes às suas concepções da sociedade, das relações sociais em conjunto e especialmente das relações econômicas.

No entanto, além disso, é preciso lembrar as características mais gerais das relações econômicas ou relações de produção. O critério mais geral, presente nas concepções já apontadas e repetidas anteriormente, é que as categorias ou conceitos econômicos representam relações de produção, isto é, relações entre os agentes econômicos, “relações sociais entre pessoas” (na citação sobre o capital), como já destacado.

Se, por um lado, o índice d’OC fornece a lista completa das relações de produção capitalistas, identificadas por Marx, as citações isoladas podem, por outro lado, apontar critérios implícitos de Marx, referentes a aspectos qualitativos destas relações, que permitam a identificação de diferenciações entre elas e a eventual possibilidade de derivação de uma classificação teoricamente significativa com base nelas. Um destes critérios, que transparece nas citações acima, parece ser que as relações de produção são “relações sociais entre pessoas intermediadas por coisas”<sup>28</sup>, que Marx ilustra nos casos do dinheiro, do capital e da mais-valia, respectivamente, e que, segundo Engels, Marx considerava um critério geral<sup>29</sup>. Mas, qual é a relação e quais são os agentes econômicos envolvidos em cada um destes casos? A partir deste ponto, há poucas citações diretas de Marx, motivo pelo qual se procura utilizar os seus critérios para apontar a relação e os agentes econômicos representados por cada conceito. Nas citações acima, Marx nada diz sobre os agentes econômicos envolvidos. O próprio Marx parece cometer, neste aspecto, incongruências devidas às menções apenas passageiras aos conceitos. Por exemplo, na definição do dinheiro, afirma, que “não é uma coisa, é uma relação social”, mas, segundo o seu próprio critério, que segue na sua

---

<sup>28</sup> “Quando, portanto, Galiani diz: O valor é uma relação entre pessoas ..., ele deveria ter acrescentado: uma relação *oculta* sob uma capa material” (OCI/1, p. 72, itálicos acrescentados).

<sup>29</sup> Segundo Engels, expondo conceitos de Marx: “... a *Economia não trata de coisas, mas de relações entre pessoas* e, em última instância, entre classes; *estas relações estão, porém, sempre ligadas a coisas e aparecem como coisas*. Esta conexão que, em casos isolados, este ou aquele economista, sem dúvida vislumbrou, descobriu-a Marx pela primeira vez, [na sua validade] para toda a Economia e, por esse facto, tornou as questões mais difíceis de tal modo simples e claras que, agora, mesmo os economistas burgueses as poderão compreender” (Engels, 1982, p. 5424, itálicos acrescentados).

referência ao capital, trata-se de uma relação social entre pessoas “intermediada por uma coisa”.<sup>30</sup>

É conveniente seguir rigorosamente o método de Marx em dois aspectos, por um lado a diferença, indicada por Marx e já citada, entre os ‘métodos’ de pesquisa e de exposição (OCI/1, Posfácio) e, por outro lado, o sentido da abstração. Como os exemplos citados não fazem parte de um escrito destinado, por Marx, a expor sistematicamente o tema aqui examinado, os mesmos não ilustram as correspondentes definições, que teriam sido previamente oferecidas, o que os tornaria compreensíveis. É preciso, portanto, retornar aos exemplos, recorrendo ao ‘método’ da abstração. Esta pode realizar-se em diversos níveis. O conceito de relações de produção, como já indicado, aborda o tema no nível mais elevado de abstração, o que significa que o apresenta na expressão mais genérica, isto é, aplicável a todos os modos de produção<sup>31</sup>. Nos exemplos citados, porém, Marx refere-se às relações de produção específicas do capitalismo. Note-se que o nível de abstração é menor, pois não se refere mais às relações de produção no nível mais geral, mas desce ao nível do capitalismo, e, ao fazê-lo, utiliza também títulos específicos para estas relações, que constituem os conceitos econômicos do capitalismo.

Retornando aos exemplos: Marx afirma que o dinheiro é uma relação de produção. Mas a expressão relação de produção designa as relações econômicas em todos os modos de produção, que assumem formas particulares em cada modo de produção. O dinheiro é o nome da forma particular ao capitalismo, ou da coisa material – o ouro – na qual se representa empiricamente a relação vendedor-comprador neste modo de produção. O dinheiro é, também, a forma historicamente mais desenvolvida desta relação econômica, teoricamente batizada como equivalente geral de valor. O conceito dinheiro representa a relação empírica entre

---

<sup>30</sup> Segundo o próprio Marx, no entanto, no caso do dinheiro – especificamente o equivalente geral de valor, não as formas derivadas –, este é, efetivamente, “uma coisa” – o ouro –, um objeto material que representa diretamente a relação de valor, ou seja, aparece como ‘o valor’ da mercadoria, mesmo que imperfeitamente. O objeto material dinheiro foi elaborado espontaneamente pelo processo de troca, sem o qual este não se viabilizaria, como Marx demonstra cabalmente.

<sup>31</sup> A presente análise é análoga à feita por Marx no cap. 5 d’OCI, sobre o processo de trabalho. Na primeira seção, Marx esclarece que expõe o processo de trabalho na forma mais abstrata, aplicável ao trabalho em todas as circunstâncias históricas, enquanto, na 2ª seção, intitulada ‘O processo de valorização’, o expõe na forma que assume no capitalismo. Neste caso os componentes do processo de trabalho se apresentam na forma capitalista e recebem as denominações correspondentes, que são específicas deste modo de produção.

vendedores e compradores em um modo de produção particular, e constitui, portanto, uma relação de produção do capitalismo.

O mesmo aplica-se ao conceito de capital, “determinada relação social de produção, pertencente a determinada formação histórica da sociedade...” (OCIII/2, p. 269, tradução livre), ou “...uma relação social entre pessoas” (OCI/2, p. 296) no dizer de Marx. Ou seja, é um termo que designa uma relação real, empírica, não em todos os modos de produção, mas especificamente no capitalismo. Note-se a referência ao nível de abstração inferior ao mais geral: “determinada relação social de produção, pertencente a determinada formação histórica da sociedade.” O enunciado já não é o mais abstrato, já citado, o único nível de abstração geralmente assimilado por grande parte dos autores, mas o nível mais concreto, correspondente a um modo de produção particular, o capitalismo. Neste caso específico as pessoas já não são as pessoas em geral, mas especificamente do capitalismo, isto é, o capitalista e o trabalhador assalariado.

No feudalismo, por exemplo, as relações de produção – abrangidas pela mesma conceituação geral ou abstrata – recebem denominações específicas: “...o privilégio, a instituição de grêmios e corporações, o regime regulatório da Idade Média, eram relações sociais [no sentido claro de relações de produção] ...” (Marx, 1974c, p. 22). Na mesma obra refere-se ao capitalismo, cujas relações de produção são diferentes: “...a concorrência, o monopólio, o imposto ou a polícia [sic!], a balança comercial, o crédito, a propriedade... são relações sociais...”, isto é, relações sociais de natureza econômica, portanto relações de produção (Marx, 1974c, p. 25).

Marx também elabora enunciados com categorias cuja identificação como relações de produção exige interpretação, como “A oficina moderna, que assenta na aplicação das máquinas, é uma relação social de produção, uma categoria econômica” (Marx, 1978a, p. 147), que é uma afirmação estranha, pois uma oficina não corresponde à definição de relação social, pois integra as forças produtivas. Uma afirmação um pouco mais específica, segundo a qual “...a máquina não é uma categoria econômica diferente do boi que arrasta o arado, [mas] a aplicação atual das máquinas é uma das relações [sociais de produção] do nosso regime econômico atual...” (Ibid), é também mais explícita. Lida cuidadosamente o seu significado é claro: em primeiro lugar, a máquina e o boi de trabalho não são diferentes – do ponto de vista da estrutura técnica abstrata, ou geral, de todo processo de trabalho

–, porque ambos são meios de trabalho (OCI/1, p. 150-1), mas, em segundo lugar, diferem essencialmente do ponto de vista econômico – portanto social – porque a correta apreensão do significado da máquina exige considerar o 'elemento histórico' (OCI/2, p. 7-8) – determinada formação histórica da sociedade –, como o próprio Marx esclarece, ao acrescentar que a aplicação da máquina no capitalismo, como meio de exploração da força de trabalho, é capital, ou seja, uma das relações de produção que se apresenta na forma de objeto. Isso esclarece a referência à 'oficina moderna', acima, pois o mesmo critério aplica-se a ela, uma vez que é um local típico em que ocorre a relação capitalista-trabalhador assalariado.

Um comentário adicional de Marx, a respeito da máquina, merece registro, porque sublinha a distinção entre os objetos da tecnologia (ou, mais especificamente, dos meios de produção) e da economia política, e entre os conceitos de forças produtivas e de relações de produção: “Genericamente é um verdadeiro absurdo fazer das máquinas uma categoria econômica ao lado da divisão do trabalho [lembrar que a validade desta referência à divisão do trabalho, diferenciando-a das forças produtivas, é colocada em dúvida neste artigo], da concorrência, do crédito etc.” (Marx, 1974c, p. 24). A máquina em si é um meio de trabalho, um elemento técnico, integrante das forças produtivas, não uma categoria social. O modo do seu uso, porém, é uma categoria social, especificamente econômica – meio de exploração da força de trabalho assalariada pelo capitalista –, ou seja, uma relação de produção do capitalismo, caráter que se altera em outro modo de produção, como o comunismo, por exemplo.

Relações de produção determinadas implicam relações, ou formas, de distribuição determinadas, e ambas constituem, em conjunto, as relações de produção, motivo de Marx também utilizar a expressão relações de produção e distribuição, embora utilize mais comumente a forma reduzida 'relações de produção'. Das suas referências pode-se deduzir que o fundamento disto consiste no fato de que são as relações de produção que determinam as relações ou formas da distribuição, pois estas são, nas suas palavras, apenas o reverso, ou a outra face, daquelas.

A distribuição – e as relações correspondentes –, refere-se à parte do produto total que cabe a cada grupo, classe ou indivíduo da sociedade. Assim, no capitalismo, as principais relações de distribuição são o salário, o lucro e a renda

fundiária, que correspondem às relações de produção representadas pelo trabalho assalariado, pelo capital e pela propriedade fundiária, respectivamente<sup>32</sup>.

### 3.2 As relações de produção e os conceitos de totalidade e apropriação (propriedade)

#### 3.2.1 Relações de produção como sistema ou totalidade

Depreende-se claramente, das inúmeras referências de Marx às relações de produção, que elas constituem o conjunto total das relações econômicas de uma sociedade, isto é, de todas as relações e instituições que suportam e integram a produção e a distribuição da mesma.<sup>33</sup> Marx afirma que formam 'um todo' (Marx, 1978a, p. 122), ou 'uma totalidade' (OCIII/2, p. 272). Disto segue-se a conclusão que permite compreender o que é, concretamente, o sistema de relações de produção, ou a que se refere o conceito, no caso específico do capitalismo: a obra *O capital*, compreendendo os seus três livros, constitui a exposição teórica do sistema de relações de produção, ou – o que é o mesmo – do sistema de relações econômicas ou formas econômicas do capitalismo, pois o que é esta obra senão a exposição teórica das “formas econômicas sob as quais os seres humanos produzem, consomem, trocam...”, no capitalismo?

No entanto, não só as relações de produção compreendem a totalidade das relações econômicas de cada modo de produção determinado, como – o que é mais importante do ponto de vista teórico –, as relações de produção formam um sistema de relações interconectadas e interdependentes, no sentido de que os seus elementos individuais existem como partes deste todo e não têm, portanto, existência independente e não podem ser extintas sem que o todo se extinga, não podem existir ou perecer isoladamente. A unidade indissolúvel deste 'todo', tal como concebido por Marx, pode ser ilustrada pela seguinte passagem:

---

<sup>32</sup> “...as relações de distribuição são essencialmente idênticas a essas relações de produção, sendo um reverso delas...” (OCIII/2, p. 312). Isto significa que a cada relação de produção determinada corresponde uma relação de distribuição também determinada, de modo que, determinadas as primeiras, obtêm-se as segundas.

<sup>33</sup> Por exemplo, “suas relações materiais [a forma objetiva das relações de produção] não são mais que as formas *necessárias* nas quais sua atividade material e individual se realiza”; ou, são as “formas econômicas sob as quais os *seres humanos* produzem, consomem, trocam...”; ou “as relações econômicas [isto é, relações de produção] ... não são mais do que as relações *necessárias* de determinada forma de produção.” (Marx, 1974c, p. 22-23).

São [os seres humanos] livres para escolher tal ou qual forma social<sup>34</sup> [sistema de relações sociais]? Em absoluto. Dado um determinado estado de desenvolvimento das capacidades produtivas [forças produtivas] dos seres humanos, ter-se-á uma determinada forma de comércio<sup>35</sup> e de consumo. Dados determinados graus de desenvolvimento da produção, do comércio, do consumo, ter-se-á uma determinada forma de constituição social, uma determinada organização da família, de ordens ou de classes, em uma palavra: uma determinada sociedade civil (Marx, 1974c, p. 21).<sup>36</sup>

O caráter de sistema de relações interconectadas, implica que a sua expressão jurídica constitui também um sistema de leis (escritas ou consuetudinárias), assim como a sua estrutura teórica constitui um sistema teórico, ou seja, um sistema de categorias e leis econômicas interconectadas e interdependentes – a economia política – representando as relações materiais na sua interconexão e materializadas, no caso do capitalismo, n’O capital.

O conceito das relações de produção como sistema de relações interconectadas e interdependentes, portanto inseparáveis individualmente, é a base teórica das críticas de Marx a propostas utópicas, como a de abolir relações de produção consideradas indesejáveis, como por exemplo o dinheiro, de Darimon (Marx, 2011) e Gray (Marx, 1978a, p. 207-211), ou o crédito, ou substituir a propriedade privada individual pela propriedade privada cooperativa, de Proudhon e seus seguidores, na época de Marx, mas mantendo ingenuamente, em todos os casos, as demais relações e sua base material, que é a apropriação privada capitalista e a produção de mercadorias. Este é também o pressuposto implícito nas formas contemporâneas do reformismo e na hipótese de que políticas assistencialistas sejam cumulativas. A crítica de Marx pode ser igualmente estendida à admissão da possibilidade, insustentável teoricamente, de combinar a propriedade social com a propriedade privada em uma futura sociedade socialista ou comunista.

---

<sup>34</sup> Forma social. No original francês, em redação do próprio Marx, aparece ‘forme sociale’. No site de Dominique Meeús aparece, na versão em alemão, ‘Gesellschaftsform’ (extraído da MEW, Band 4, S. 547-557, p. 548), significando *forma da sociedade*, que é a tradução correta.

<sup>35</sup> O termo alemão *Verkehr*, traduzido pelo próprio Marx como *commerce*, no texto original em francês, foi o primeiro utilizado por Marx para designar as relações de produção (M/E, 1975, p. 135).

<sup>36</sup> Este parágrafo, como se pode facilmente notar, é uma forma primitiva da mais desenvolvida e celebrizada no Prefácio de Marx (1974e), transcrita na seção 4.

### 3.2.2 A forma da propriedade como fundamento das relações de produção

O sistema das relações de produção constitui-se como desdobramento de uma característica fundamental da sociedade, que lhe confere unidade e lhe determina o sentido, e que, portanto, sintetiza a totalidade, e que é, por este motivo, uma categoria fundamental na teoria social de Marx, devido ao seu papel central na teoria das relações de produção ou, o que é o mesmo, na economia política: esta categoria fundamental é a propriedade, que é um conceito teórico e jurídico, que, como todo conceito abstrato, compreende diferentes formas concretas, que aqui serão denominadas de apropriação (Germer, 2003, p. 12).<sup>37</sup> A propriedade burguesa – forma capitalista da apropriação – ilustra à perfeição este enunciado: é a propriedade privada capitalista que divide a sociedade em uma diminuta classe proprietária, que monopoliza os meios de produção, e outra classe majoritária, desprovida de qualquer propriedade e reduzida ao trabalho assalariado. É esta forma da propriedade que, no capitalismo, constitui o 'nexo que conecta' todas as formas da produção e lhes define o sentido. Marx dá destaque a este papel decisivo da propriedade em termos lapidares:

Numa certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até aí movido (Marx, 1974e, p. 136).

É relevante notar que, analiticamente, as relações de produção podem ser abordadas, no nível mais abstrato, como até aqui, sem referência à propriedade, o que ocorre com bastante frequência em autores marxistas. Isto explica-se, em certa medida, porque ocorre mesmo nos escritos do próprio Marx, e neste caso deve-se ao fato de que a propriedade manifesta-se, prática e teoricamente, nas relações de produção, podendo ser dispensada de repetidas referências.<sup>38</sup> Mas Marx não deixa de mencionar o seu papel nos pontos decisivos dos temas expostos.

Com efeito, a propriedade é a categoria mais visível e fundamental, determinada pelas forças produtivas, a distinguir os modos de produção, pois se

---

<sup>37</sup> Lange formula a mesma concepção, afirmando que as relações de produção formam uma totalidade, na forma de um sistema integrado de relações econômicas, graças ao fato de possuírem um "centro de organização" (Lange, 1967, p. 29), representado pela forma da apropriação, fator de soldagem do todo.

<sup>38</sup> "...definir a propriedade burguesa não é mais do que expor todas as relações sociais da produção burguesa" (Marx, 1978a, p. 170), "... cujo conjunto forma o que se chama atualmente propriedade..." (Marx, 1974c, p. 25).

trata da propriedade – ou da privação da propriedade – dos meios de produção, os elementos objetivos sobre os quais se assenta a reprodução da sociedade e de cada um dos seus integrantes. Marx expressa o seu entendimento em enunciados lapidares: as relações de produção constituem “o conjunto [que] forma o que se denomina atualmente a propriedade”, a qual se apresenta como “o nexos que conecta todas as formas da produção burguesa”, referindo-se, portanto, ao capitalismo. Mas o conceito aplica-se a todos os modos de produção: “Em cada época histórica a propriedade teve um desenvolvimento diferente e numa série de relações sociais inteiramente diferentes” (Marx, 1978a, p. 170). Assim, por exemplo, “A propriedade de outra época, a propriedade feudal, desenvolve-se em uma série de relações sociais absolutamente distintas” (Marx, 1974c, p.25). Além disso, há uma sequência histórica: “As antigas 'relações de propriedade' [no contexto, seriam as relações escravistas] tinham sido substituídas pela propriedade feudal e esta pela propriedade burguesa” (Marx, 1978b, p. 197).

Pelo menos em uma passagem, Marx refere-se às relações de propriedade como sinônimo de relações de produção.<sup>39</sup> De fato, um pouco de reflexão basta para se constatar que todas as categorias da economia política, entendida, segundo seu uso corrente, como teoria econômica do capitalismo, decorrem da forma capitalista vigente da propriedade, a começar da relação de produção fundamental, entre capitalistas e assalariados, que é uma relação entre detentores e não detentores de propriedade (OCIII/2, p. 313), ou seja, uma relação baseada na forma da propriedade. Isso é um fato, e aponta para a “natureza de classe das relações econômicas” (Castoriadis, 1979, p. 177), que são as relações de produção capitalistas, no presente caso. No entanto, observando melhor, há uma diferença sutil, relevante analiticamente, entre relações de produção e relações de propriedade. As relações de produção são relações entre os indivíduos no processo de produção e distribuição, enquanto a apropriação, forma material da propriedade, refere-se à relação de posse dos indivíduos sobre os meios de produção.<sup>40</sup> Portanto,

---

<sup>39</sup> Esta qualificação é essencial, e remete à crítica de Marx à concepção de propriedade de Proudhon: “Para saber o que é a propriedade burguesa atual, não se podia responder senão por uma análise crítica da economia política, abrangendo o conjunto dessas *relações de propriedade*, não na sua expressão *jurídica* de *relações de vontade*, mas na forma real, isto é, de relações de produção. Como Proudhon integra o conjunto destas relações econômicas na noção *jurídica* de propriedade [isto é, *ao invés da forma real, ou material, de relações de produção*], não podia ir além...” (Marx, 1978b, p. 197, *itálicos no original*).

<sup>40</sup> Marx utiliza dois termos, em alemão: Eigentum, propriedade, designando o conceito jurídico da posse de algo, e Aneignung, que aqui se traduz por apropriação, que, em alemão, designa o sentido que se pode tomar por primitivo, para designar a captura natural, espontânea, dos elementos naturais da sobrevivência.

pode-se considerar a apropriação como o elo que conduz dos meios de produção às relações de produção: uma mudança qualitativa das forças produtivas – que implica a transição para novo modo de produção – requer, para a sua realização efetiva, uma nova forma material de apropriação dos novos meios de produção e dos produtos<sup>41</sup>, que se expressa em novas relações de produção, que se irradiam gradualmente por toda a economia e a sociedade.

Em outras palavras, na análise da relação entre a propriedade e as relações de produção, isto é, na forma material de ambas, deve-se partir também da forma material ou empírica da propriedade, a apropriação, que se interpõe entre as forças produtivas e as relações de produção, uma vez que estas últimas emanam da forma da apropriação imposta pela estrutura das forças produtivas.

Nisto reside o sentido da afirmação de Marx, de que se define a propriedade burguesa expondo todo o sistema das suas relações de produção, que é no que consiste *O Capital*, enunciado que se pode generalizar para todos os modos de produção: definir a forma vigente da propriedade de um modo de produção consiste em expor o conjunto das suas relações de produção, ou seja, das categorias econômicas que as expressam.

Em função do exposto até aqui, pode-se propor uma definição completa das relações de produção: as relações de produção são as relações materiais ou objetivas, que se estabelecem entre os indivíduos, na produção e na distribuição, com base nas formas também materiais de apropriação dos meios de produção, por sua vez determinadas pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais, o que faz da apropriação o elo de ligação entre as forças produtivas e as relações de produção. As relações de produção expressam-se, na forma abstrata, por um lado, nas categorias ou conceitos econômicos, que compõem a economia política, ou teoria econômica de cada modo de produção, e, por outro lado, na esfera jurídica, na forma do sistema das leis da propriedade, sejam elas escritas ou consuetudinárias.

A economia burguesa procura naturalizar as noções de que a noção jurídica da propriedade se refere apenas à propriedade privada burguesa, e que,

---

São estes os sentidos que se adotaneste artigo, para distinguir o conceito teórico e jurídico – propriedade – e seu correspondente na realidade objetiva – apropriação (IA, 1975, passim).

<sup>41</sup> Um corolário desta afirmação permitiria definir a especificidade de uma mudança qualitativa, ou revolucionária, das forças produtivas: é aquela que requer uma mudança, também qualitativa, na forma da apropriação e, conseqüentemente, abre caminho a um novo modo de produção.

consequentemente, a abolição desta forma de propriedade, proposta pelo comunismo, implicaria abolição da propriedade em si e levaria ao colapso da civilização, o que é falso.<sup>42</sup> A propriedade comum ou social é também uma forma de propriedade, com base na qual se estabelecem relações a ela correspondentes entre os membros da sociedade, pois a propriedade comum, do mesmo modo que a propriedade privada, implica a existência de uma estrutura de relações materiais, de direitos e obrigações, entre os indivíduos, que se expressam também em formas jurídicas e teóricas específicas. Deve-se lembrar que a apropriação comum, ou coletiva, vigorou durante centenas de milênios, até ser substituída pela apropriação privada, origem do conceito jurídico e teórico de propriedade, poucos séculos antes da nossa era (Engels, 1980). Do mesmo modo procura-se naturalizar a noção de que as motivações inerentes ao indivíduo que vive sob o capitalismo, e que decorrem da vigência das relações sociais e jurídicas baseadas na forma burguesa da propriedade privada (OCIII/2, p. 271), como o individualismo, o espírito competitivo, etc, são características 'naturais' do ser humano, correspondentes a uma 'natureza humana' supostamente inata (Smith, p. 49), quando são, na realidade, características da natureza humana forjada pelas relações econômicas burguesas.

### 3.3 Ordenamento das relações de produção capitalistas n'O Capital

Como mencionado neste artigo, embora Marx apresente algumas ilustrações das relações de produção, principalmente do capitalismo, não apresenta uma caracterização de cada uma delas, nem critérios de ordenamento. Esta afirmação parece contradizer outra, também exposta neste artigo e indiscutivelmente implícita nas afirmações de Marx, de que a obra *O Capital* constitui a exposição das relações de produção do modo de produção capitalista, e que bastaria percorrer o índice da obra para tomar conhecimento da lista completa destas relações, ordenadas segundo uma sequência teórica, do nível mais abstrato ao mais concreto, que se inicia com a divisão em três livros – o primeiro analisa a produção, o segundo a circulação, e o terceiro analisa a distribuição da mais-valia

---

<sup>42</sup> O que caracteriza o comunismo não é a abolição do instituto da propriedade em geral, ou em si, mas a abolição da forma *burguesa* da propriedade, que implica, isso sim, a abolição da propriedade privada. "(...) os comunistas podem resumir a sua teoria numa única fórmula: supressão [*Aufhebung*] da propriedade privada" (M/E, s/d,c, p.32), e, acrescente-se, instituição, no seu lugar, da propriedade comum ou de toda a sociedade, como expressão econômica e jurídica da forma comum da apropriação.

a partir da formação do lucro médio – e prossegue com a divisão de cada livro em seções temáticas. Disto se poderia deduzir que cada seção da obra analisa detalhadamente o conjunto das relações de produção materiais compreendidas no tema da seção. Sendo assim, deveria-se concluir que n’O capital encontram-se caracterizadas e detalhadamente analisadas, seguindo a sequência das seções e capítulos, todas as relações de produção do capitalismo, identificadas por Marx e vigentes na sua época.

Isso, no entanto, à primeira vista não esgota as possibilidades – e a conveniência – de maior detalhamento dos conceitos expostos na sequência teórica, e de outros ordenamentos baseados em critérios diferentes daquele fornecido pela sequência lógica da exposição teórica apresentada n’OC. O reconhecimento do índice d’OC como lista de todas as relações de produção do capitalismo possui o mérito de revelar, mais concretamente do que as poucas ilustrações sumárias e dispersas já citadas, a amplitude do espectro de categorias compreendidas pelo conceito abstrato de relações de produção. No entanto, outros ângulos de análise poderiam revelar características das relações de produção, relevantes para uma melhor compreensão do capitalismo e suas implicações. Neste caso, seria possível que conceitos de diferentes seções d’OC fossem reunidos em um mesmo grupo, segundo outros critérios de ordenamento ou outros ângulos de análise. A extensão da pesquisa para este nível de detalhamento não é possível neste artigo, mas pode-se indicar algumas possibilidades que poderão ser exploradas posteriormente.

Um problema que se apresenta de imediato refere-se à correspondência entre as relações de produção materiais e os conceitos que as representam, correspondência esta que não parece ser unívoca. Se fosse unívoca, a cada relação material corresponderia um único conceito teórico, mas não é o que parece ocorrer, antes parece que cada relação de produção dá origem a diversos conceitos, talvez expressando diferentes aspectos da mesma. A relação dinheiro, por exemplo, que Marx afirma não ser uma coisa, mas uma relação social “uma relação de produção, como qualquer outra relação econômica” (NR 24), expressa-se não em um, mas em diversos conceitos, expostos na seção 1, Mercadoria e dinheiro, d’OCI’. O dinheiro, neste caso, poderia ser caracterizado como um conceito-síntese, e os demais – que são muitos e importantes –, conceitos derivados dele ou nele

implícitos.<sup>43</sup> A relação de produção material representada pelo dinheiro é a relação vendedor- comprador, cuja representação no dinheiro é historicamente anterior e pressuposto do capital (OCI, p. 125).<sup>44</sup> Mas a exposição teórica desta relação requer um conjunto de conceitos, que aparecem na sequência da exposição do cap. 1: valor, valor de uso, valor de troca, trabalhos abstrato e concreto, equivalente geral, etc. Este aspecto do tema mereceria aprofundamento.

A relação-capital, ou seja, a relação de produção material entre capitalistas e trabalhadores assalariados, a “relação de produção dominante” do capitalismo, expressa-se na mais-valia, e é estudada a partir do cap. 4 d’OCI.<sup>45</sup> No entanto, as referências de Marx, a partir deste ponto, não são completamente inequívocas. No presente caso, Marx denomina relações de produção tanto o capital quanto a mais-valia.<sup>46</sup> Mas a mais-valia está implícita no conceito de capital. A mais-valia é o produto do capital, sendo este, sem lugar a dúvida, uma relação de produção material entre agentes econômicos – os capitalistas e os trabalhadores assalariados. Examinando o índice d’OCI, é evidente que o objeto de estudo, do cap.4 ao último, é a relação-capital. Parece poder-se concluir que o conceito-síntese, neste caso, é o capital.

As definições de Marx, da relação-capital e da relação-mais-valia, e a menção ao lucro como forma da mais-valia, apontam para nova distinção, que é a existente entre as categorias da aparência e da essência dos fenômenos econômicos – o lucro e a mais-valia, respectivamente, neste caso –, e para o fato de que o capital é um conceito que parece possuir uma caracterização na aparência e outra na essência.

Esta linha de interpretação aponta nitidamente para uma distinção adicional, talvez mais significativa, entre relações de produção antagônicas e não-antagônicas, como a relação entre capitalistas e trabalhadores assalariados, que

---

<sup>43</sup> “Abstraiamos o conteúdo material da circulação de mercadorias, o intercâmbio dos diferentes valores de uso, e consideremos apenas as formas econômicas engendradas por esse processo, então encontraremos como seu produto último o dinheiro” (OCI/1, p. 125).

<sup>44</sup> “A forma direta de circulação de mercadorias é  $M - D - M$ , transformação de mercadoria em dinheiro e retransformação de dinheiro em mercadoria, vender para comprar” (OCI/1, p. 125).

<sup>45</sup> “...a relação entre capital e trabalho assalariado determina todo o caráter do modo de produção [capitalista]” (OCIII/2, p. 313); “no modo de produção capitalista ... o capital ... constitui sua categoria dominante, sua relação de produção determinante” (OCI/1, 278). Esta caracterização, por sua vez, aponta para nova distinção, pois se a relação-capital é dominante, como se classificariam as demais relações?

<sup>46</sup> “A mais-valia é uma ‘...determinada relação social de produção...’ (OCIII/2, p. 272) que, na forma de lucro, “caracteriza especificamente o modo de produção capitalista” (OCIII/2, p. 269).

fornece claro exemplo de um agrupamento que foge à sequência lógica da exposição d'OC. Assim, a relação antagônica fundamental, que é a relação capital-trabalho, por exemplo, está presente na produção, no capital industrial, no capital comercial, no capital bancário, no capital fundiário (neste caso indiretamente).

Por outro lado, observando as ilustrações encontradas e expostas, uma linha interpretativa adicional poderia ser sugerida, consistindo em um ordenamento das relações de produção que tenha como critério as classes envolvidas, considerando tais classes como sendo a classe capitalista como um todo, composta pelos capitalistas individuais ou blocos de capitalistas; os trabalhadores assalariados; os proprietários fundiários; e, finalmente, o Estado como capitalista coletivo<sup>47</sup> (Germer, 2009b, p. 7-11; 13), que, nas suas funções econômicas, é portador de relações sociais de produção.

Assim, no capitalismo, as relações de produção poderiam ser divididas nas seguintes categorias: em primeiro lugar, a relação capitalistas-trabalhadores assalariados, como relação principal e mais geral ou abstrata, pois representa diretamente a relação entre proprietários e não-proprietários de meios de produção, e se expressa na compra-venda de força de trabalho, no salário, no lucro, etc; em segundo lugar, as relações entre as diferentes classes proprietárias, ou seja, entre a classe capitalista e suas subdivisões e a classe dos proprietários fundiários, que se expressa principalmente na renda fundiária; em terceiro lugar, as relações de produção no interior de cada uma das classes, como, por exemplo, as relações entre capitalistas industriais e comerciais, expressa nos preços e no lucro comercial, e entre cada uma destas duas frações e os capitalistas monetários, isto é, banqueiros, que se expressa no crédito e nos juros, ou a relação entre as frações da classe capitalista e o capitalista coletivo representado pelo Estado; em quarto lugar, as relações de produção no interior de cada uma destas frações, por exemplo, a concorrência, o monopólio, etc.

A relação principal, entre capitalistas e assalariados, poderia também ser decomposta nas relações entre cada uma das suas frações, por exemplo, entre

---

<sup>47</sup> Na medida que o Estado age como capitalista, as empresas estatais não se diferenciam das demais empresas. Mas as instituições estatais prestadoras de serviços custeados pelo Estado, como educação, saúde, e outros, constituem um problema à parte. Neste caso os trabalhadores são assalariados como os demais, mas os produtos dos seus trabalhos não são vendidos, de modo que o mais-trabalho não se realiza como mais-valia. No entanto, o mais-trabalho existe, uma vez que os salários destes trabalhadores correspondem ao valor da sua força de trabalho vigente no mercado. Deste modo, o seu mais-trabalho beneficia os usuários dos serviços estatais.

capitalistas industriais e trabalhadores produtivos, expressa nos salários e na mais-valia propriamente ditos; entre capitalistas comerciais e trabalhadores improdutivos, expressa nos salários comerciais e nos lucros comerciais, e entre o Estado, como capitalista coletivo, e os trabalhadores estatais, etc.

Marx nada disse sobre relações de produção entre trabalhadores assalariados. Com efeito, estes não se relacionam uns com os outros em termos monetários nas esferas da produção e da circulação. No entanto, como Marx listou a concorrência entre capitalistas como relação de produção, o mesmo se poderia fazer com relação aos trabalhadores, que concorrem intensamente entre eles, por exemplo, pelos empregos, principalmente nos momentos de crise econômica e desemprego elevado (OCI/2, p. 205-6).

#### 4. As relações de produção e a estrutura teórica da sociedade

Como já exposto, a sociedade consiste na rede de relações, as relações sociais, que conectam os indivíduos uns aos outros. Esta rede de relações compõe-se de pelo menos dois sistemas de relações, as relações de produção ou relações econômicas, a sua parte fundamental, e as relações ideológicas, constituintes da superestrutura (política, jurídica, cultural, etc)<sup>48</sup>, determinadas pelas relações de produção<sup>49</sup>, ambas entendidas como relações materiais<sup>50</sup>. Esta articulação da estrutura da sociedade foi exposta com clareza e rigor, por Marx, em inúmeras passagens, mas a mais célebre e conhecida é a que consta no Prefácio da “Contribuição...”:

Na produção social da própria vida, os homens [seres humanos<sup>51</sup>] contraem relações determinadas, necessárias e independentes de

<sup>48</sup> Pode-se denominar ideológicas as relações que se dão na superestrutura: “as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas” (Marx, 1974e, p. 136).

<sup>49</sup> “(...) os seres humanos, que produzem as suas relações sociais de conformidade com a sua produtividade material, produzem também as ideias, as categorias, isto é, as expressões abstratas ideais dessas mesmas relações sociais”. (Marx, 1974c, p. 28; 1978a, p. 122; M/E, 1975, p. 25-6, tradução livre). Assim, por exemplo, “...a lei [é] produto das relações materiais de produção...” (OCI/2, p. 190, NR73).

<sup>50</sup> Talvez surpreenda denominar *materiais* também as *relações ideológicas*, mas esta expressão, tal como *relações de produção*, também é um conceito abstrato, que também representa, tal como as relações de produção, relações materiais ou objetivas entre os indivíduos na superestrutura ou esfera ideológica. Assim, por exemplo, as relações jurídicas são relações objetivas entre os indivíduos, que se dão nos tribunais e demais instituições jurídicas, as relações políticas nos parlamentos e demais instituições políticas, e assim por diante, assim como o conceito de *relações de produção* designa as que se dão em fábricas, lojas, bancos etc.

<sup>51</sup> O termo alemão *Mensch* (*Menschen*, no plural) que se refere ao ser humano em geral, geralmente é traduzido, descuidadamente, por *homem*, que em alemão corresponde a *Mann* (plural *Männer*) não a *Mensch*. Daí a correção.

sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social (Marx, 1974e, p. 135)<sup>52</sup>.

Destaca-se, nesta passagem, o caráter não autônomo das relações de produção, pois são definidas por Marx como 'determinadas, necessárias e independentes' da vontade dos seres humanos, que é um enunciado consistentemente materialista e dialético. O fato de serem determinadas significa que as relações de produção só podem ser as observadas no modo de produção a que correspondem e não outras; são necessárias porque as forças produtivas vigentes impõem estas e não outras; serem independentes da vontade dos seres humanos implica que se desenvolvem espontaneamente, por obra dos humanos, mas sem intencionalidade ou consciência destes. Finalmente, Marx declara explicitamente que a superestrutura é determinada pelas relações de produção. Todos os vínculos da estrutura social, expostos nesta célebre passagem, estão presentes em inúmeras referências anteriores, desde as primeiras obras econômicas de Marx, como demonstrado através de diversas citações literais já expostas.

Há assim, nas concepções de Marx, expressa claramente em toda a sua obra e limpidamente exposta na passagem acima, uma linha causal forças produtivas → [apropriação] → relações de produção → superestrutura, que revela a posição central das relações de produção na estrutura da sociedade. Todavia, não se pode esquecer o fato de que a causa primordial e permanente da emergência e do desenvolvimento da sociedade humana, portanto de toda a história da humanidade, consiste no trabalho aplicado à produção dos meios necessários à vida. É o trabalho

---

<sup>52</sup> Esta concepção de Marx sobre a estrutura da sociedade sintetiza os princípios fundamentais do materialismo histórico, que Marx repete do começo ao fim da sua obra. É o eixo conceitual da Carta a Annenkov, de 1846, primeira versão publicada do materialismo histórico: "...os seres humanos, ao desenvolverem suas faculdades produtivas [forças produtivas], isto é, vivendo, desenvolvem certas relações [de produção] entre eles, e ... a forma destas relações muda necessariamente com a modificação e o aumento dessas faculdades produtivas" (Marx, 1974c, p. 26 e passim), e comparece em todo *O capital*, até o final do livro III (OCIII/2, p. 315). Um exemplo é a citação literal que Marx faz de parte da passagem acima, no *O capital* (OCI/1, p. 77, NR33).

que desenvolve as forças produtivas, mas o faz espontaneamente, isto é, sem intencionalidade ou premeditação.

O materialismo histórico tem por objeto o estudo da sociedade, ou seja, das relações sociais como um todo. No entanto, Marx, secundado por Engels, dedicou-se à pesquisa rigorosa e profunda apenas da estrutura econômica, ou seja, das relações econômicas, que são as relações de produção, cujos resultados encontram-se expostos n'O capital. Embora Marx e Engels tenham deixado grande quantidade de comentários e referências à superestrutura e à determinação desta pelas relações de produção, além da apontada na passagem acima, e tenham adiantado alguns critérios e princípios gerais, não elaboraram uma teoria ou teorias da determinação das relações ideológicas pelas relações de produção. Não se dispõe, portanto, no marxismo, de uma teoria do conjunto das relações sociais específica do capitalismo, nem de uma teoria geral, portanto abstrata, das mesmas, aplicável a todos os modos de produção.

## **5. Considerações finais**

Os principais resultados obtidos por esta pesquisa foram os seguintes:

O resultado central foi a constatação de que Marx não expôs a sua teoria das relações de produção até o ponto necessário para ser claramente compreendida. A insuficiência da sua exposição consiste no fato de ter exposto o conceito apenas no nível mais abstrato, acrescido de pouquíssimos exemplos e ilustrações, dispersos e fragmentários, sem ter apresentado uma lista mais detalhada de quais seriam as relações de produção individualmente.

No entanto, no nível abstrato em que foi formulada, e com base nas poucas ilustrações apresentadas, a teoria é suficientemente clara e fundamentada, e assim permitiu a identificação e uma tentativa de caracterização mais detalhada do conceito, em consonância com a exposição insuficiente do tema por Marx. Por outro lado, as indicações por ele deixadas conduziram à conclusão de que a lista das relações de produção individuais do capitalismo encontra-se nos índices dos três livros d'O capital. Todavia, a sequência da exposição dos conceitos correspondentes segue um ordenamento lógico e teórico necessário e coerente. Mas parece serem necessários ordenamentos adicionais, com base em outros

critérios significativos, que dêem destaque a outras características e implicações da estrutura do sistema das relações de produção.

Um resultado também significativo foi ter colocado em evidência o papel crucial do regime da propriedade dos meios de produção na teoria de Marx e Engels, expressa na associação da expressão relações de produção à expressão relações de propriedade. Destaca-se também, neste caso, a distinção entre a forma material da propriedade, caracterizada como apropriação, e sua forma jurídica nas leis da propriedade. Este reconhecimento obriga também a reconhecer que a apropriação – forma material a que se refere o conceito jurídico de propriedade – se interpõe, como causa imediata, entre as forças produtivas, como causa final, e as relações de produção.

Finalmente, expôs-se um esboço da estrutura da sociedade implícita na teoria de Marx.

## Referências

BUNGE, M. *Causality and modern science*. Mineola: Dover, 2016.

CASTORIADIS, C. *A Sociedade Burocrática 1. As Relações de Produção na Rússia*. Porto: Edições Afrontamento, 1979.

ENGELS, F. *Dialéctica de la naturaleza*. México: Grijalbo, [1925] 1961.

ENGELS, F. *Anti Dühring*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1878] 1976.

ENGELS, F. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1884] 1980.

ENGELS, F. “Para a crítica da economia política” [resenha II]. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras Escolhidas em 3 Tomos*: Tomo I. Lisboa: Avante, 1982.

ENGELS, F. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras Escolhidas em 3 Tomos*: Tomo I. Lisboa: Avante, 1982.

ENGELS, F.; MARX, K. *Die Heilige Familie* [A sagrada família]. Berlin: Dietz Verlag, 1973.

GERMER, C. M. A relação abstrato/concreto no método da economia política. In:

CORAZZA, G. (Org.). *Métodos da ciência econômica*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

GERMER, C. M. Marx e o papel determinante das forças produtivas na evolução social. *Crítica Marxista*, n. 29, 2009a.

GERMER, C. M. Receita pública e circulação monetária na teoria de Marx. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, ano 11, n. 25, p. 5-31, 2009b.

GERMER, C. M. (2020). O método materialista e dialético de Marx e Engels. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 12, n. 3, p. 45-76, 2020.

HEGEL, G. W. F. *Wissenschaft der Logik I, Erster Teil: Die objektive Logik, Erstes Buch*. 2. Aufl. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1990.

HEGEL, G. W. F. *Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften im Grundrisse*, 1817 Disponível em:  
<http://www.zeno.org/Philosophie/M/Hegel,+Georg+Wilhelm+Friedrich/Enzyklop%C3%A4die+der+philosophischen+Wissenschaften+im+Grundrisse>. Acesso em 28/5/2017.

LANGE, O. *Moderna Economia Política: Problemas Gerais*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1967.

LENIN, V. I. *Cuadernos filosóficos*. Obras completas. Moscou: Progreso, 1986.

MARX, K. O método da economia política [MEP]. In: MARX, K. *Manuscritos Económico-Filosóficos e Outros Textos Escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, p. [1857] 1974a.

MARX, K. Le mystère de la construction spéculative. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Textes Sur la Méthode de la Science Économique*. Paris: Éditions Sociales, p. [1845] 1974b.

MARX, K. Carta a Annenkov, de 28 de dezembro de 1846. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Cartas sobre El Capital*. Barcelona: Editorial Laia, 1974c.

MARX, K. Para a crítica da economia política. In: MARX, K. *Manuscritos Económico-Filosóficos e Outros Textos Escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, p. [1859] 1974e.

MARX, K. *Miséria da Filosofia*. Lisboa: Editorial Estampa, [1847] 1978a.

MARX, K. Carta a J. B. Schweitzer, de 24/1/1865. In: MARX, K. *Miséria da Filosofia*, p. 195-205, [1865] 1978b.

MARX, K. Teses sobre Feuerbach. In: LABICA, G. *As “Teses sobre Feuerbach” de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1845] 1990.

MARX, K. Trabalho assalariado e capital. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras Escolhidas em 3 volumes*, v. 1. São Paulo: Editora Alfa-Omega, [1849] s/d.

MARX, K. Zur Kritik der Politischen Ökonomie. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Ökonomische Manuskripte und Schriften 1858-1861*. Berlin: Dietz Verlag, p. 95-245, [1859] 1980. [II/2]

MARX, K. *O Capital*. Crítica da economia política. v. I/1. São Paulo: Abril Cultural, [1867] 1983. [OCI/1]

MARX, K. *O Capital*. Crítica da economia política. v. I/2. São Paulo: Abril Cultural, [1867]1984. [OCI/2]

MARX, K. *O Capital*. Crítica da economia política. v. III/1. São Paulo: Abril Cultural. [OCIII/1]

MARX, K. *O Capital*. Crítica da economia política. v. III/2. São Paulo: Abril Cultural, [1894] 1984. [OCIII/2]

MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. *Textes Sur la Méthode de la Science Économique*. Paris: Éditions Sociales, 1974.

MARX, K.; ENGELS, F. *Feuerbach: A Oposição entre as Concepções Materialista e Idealista*. Lisboa: Editorial Estampa, [1845-6] 1975.

MARX, K.; ENGELS, F. *Die Deutsche Ideologie; Thesen über Feuerbach*. Berlin: Dietz Verlag, 1978.

MARX, K.; ENGELS, F. *Obras Escolhidas em 3 vol*. Vol. 3. São Paulo: Editora Alfa-Omega, s/d,b.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In: MARX, K. e ENGELS, F. (s/d). *Obras Escolhidas em 3 vol*. v. 1. São Paulo: Editora Alfa-Omega, p. 13-51, s/d,c.

---

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

PRADO JR, C. *Dialética do conhecimento*. 2 v. São Paulo: Brasiliense, 1955.

SMITH, A. *A Riqueza das Nações*. v. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983 [1776].